

**Velez de Castro, Fátima**

velezcastro@fl.uc.pt

**CEGOT** – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

**Universidade de Coimbra** – Portugal

### **1. Migração e mercado de trabalho: a análise da relação a partir da teoria das migrações**

A dimensão profissional assume-se elemento basilar dos projectos de vida dos indivíduos que migram. Não são apenas os fluxos migratórios laborais que enfatizam a importância deste aspecto no destino migratório. De uma forma geral, exceptuando os casos de indivíduos menores que acompanham os pais na deslocação, ou de mulheres que assumem as funções domésticas a tempo integral no agregado familiar, quase todos os imigrantes desenvolvem relações formais ou/e informais com o mercado de trabalho local, mesmo que a condição perante a migração não esteja relacionada com tal âmbito<sup>1</sup>.

As teorias das migrações destacam a importância da dinâmica laboral nos territórios de partida e de destino, como factor decisivo nas escolhas do migrante e na definição da geografia das migrações. G.RAVENSTEIN (1876)<sup>2</sup> na concepção do *modelo de atracção-repulsão*<sup>3</sup> defende que, de uma forma geral, os migrantes saem dos seus locais de origem

---

<sup>1</sup> Por exemplo, no caso indivíduos que se deslocam com visto de estudo, mas que complementam os rendimentos mensais com um trabalho em part-time.

<sup>2</sup> (1852-1913).

<sup>3</sup> *Push-Pull* no original.

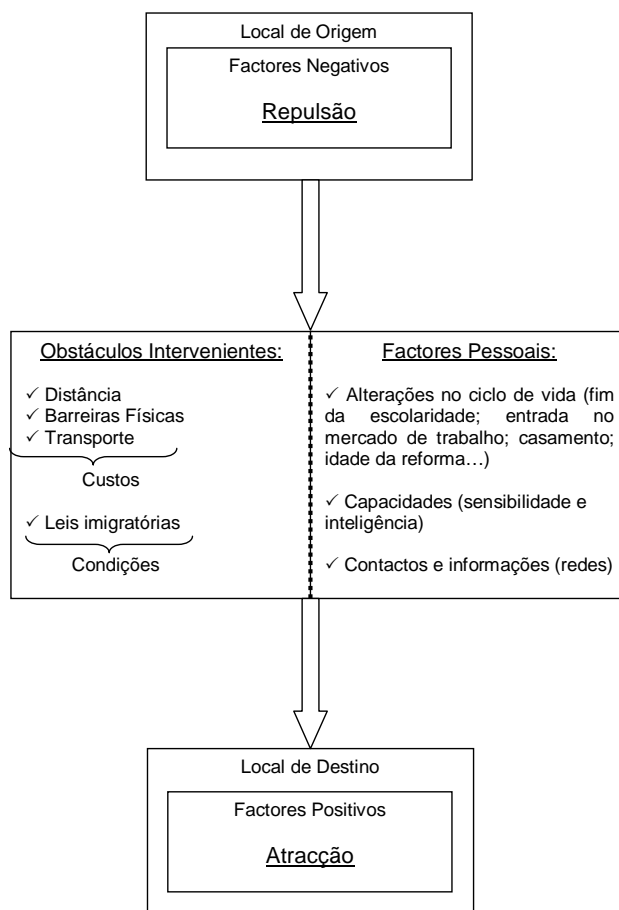
porque são influenciados por um conjunto de factores negativos de carácter repulsivo (situações de desemprego, de salários baixos, etc.). Assim, optam por residir e laborar em regiões onde se lhe afiguram a existência de factores positivos de carácter atractivo (oferta de oportunidades de trabalho, salários mais elevados, etc.). Esta ideia parece ser tão lógica que explicaria todos os movimentos migratórios à partida: a migração ocorre com base em dois pontos – origem e destino – cujas determinantes físicas e humanas do território motivam a vontade do migrante, sem que praticamente mais nenhum factor relevante se interponha entre a percepção territorial e a concretização do movimento migratório.

LEE (1969) critica esta mesma linearidade do modelo, bem como algumas leis estabelecidas por RAVENSTEIN, prevendo obstáculos no processo migratório, nomeadamente durante e depois da chegada ao local de destino em termos de custos associados à distância, aos transportes, às políticas migratórias. Destaca ainda os factores pessoais (alterações no ciclo de vida, capacidades, contactos, etc), em associação com os anteriores, como factores que explicariam o facto de, perante as mesmas características e circunstâncias, haver indivíduos que se decidissem pela migração, enquanto outros declinassem a oportunidade.

Partindo das ideias de RAVENSTEIN, a *Escola Neoclássica*<sup>4</sup> acaba por destacar a diferença de salários entre duas regiões como o factor explicativo da causa geral das migrações, analisada num contexto de equação dos custos/lucros decorrentes do processo de deslocação. Porém presume-se que não se deve só considerar a questão dos salários e do valor da moeda no local de origem face à do destino, como motivações decisivas para o empreendimento da deslocação. Aliás, uma das críticas apontadas a esta teoria é a de que não tem capacidade de explicar o porquê da continuação e consolidação dos fluxos quando as diferenças salariais se deixam de verificar.

---

<sup>4</sup> Quer na perspectiva microteórica (LEWIS, 1954; RANIS e FREI, 1961; HARRIS e TODARO, 1970; TODARO, 1976), quer na macroteórica (TODARO, 1969, 1976, 1989; BORJAS, 1989).



Esquema 1. Síntese do modelo de Lee

Elaboração própria (2011)

Teorias como a do *capital humano* (BECKER, 1962) e a do *capital social ou teoria das redes* (LOURY, 1977; BORDIEU e WACQUANT, 1992; PORTES e SENSENBRENNER, 1993) apresentam dinâmicas específicas, numa lógica complementar ao quadro teórico já apresentado. A primeira coloca em evidência o papel do migrante como agente promotor das próprias migrações, o qual busca, segundo Glenn LOURY (1977), um conjunto de recursos inatingíveis nas famílias e comunidades que ajudam a promover o desenvolvimento social, principalmente entre os mais jovens. Esta busca de conhecimentos tanto pode ser de cariz institucional (prossecação de estudos, realização de um estágio, desempenho de uma função laboral específica), como de cariz informal através da construção de um capital de competências e de

conhecimentos com base em oportunidades aproveitadas no mercado laboral ou no campo social.

BORDIEU e WACQUANT (1992) afirmam que este somatório de recursos (reais ou virtuais) que podem ser pessoais ou de um grupo resultaram também do conhecimento e das relações estabelecidas com redes mais ou menos institucionalizadas.

Deste modo, verifica-se que ambas as teorias se aproximam, na medida em que os autores acabam por destacar o mercado de trabalho como suporte da própria migração. As redes migratórias prestam auxílio aos migrantes, por exemplo através de assistência financeira, da disponibilidade de habitação, ou da introdução dos indivíduos no mercado de trabalho local. Os elementos dessa rede acabam por servir como mediadores entre o migrante no local de origem e o mundo laboral no local de destino, facilitando o processo de referenciação e contratação do indivíduo, bem como os trâmites burocráticos envolventes.

*A teoria do mercado de trabalho segmentado* (PIORE, 1979), também na óptica imigração–dimensão laboral, contribui para a desmistificação da imagem estereotipada do imigrante como elemento destabilizador, que exerce pressão no mercado de trabalho enquanto gerador de concorrência com os autóctones. É defendido que o mercado laboral, numa perspectiva de divisão dual, se constitui por um segmento inferior, cujas funções inerentes apresentam um carácter de instabilidade (em termos contratuais, de segurança e higiene), de depreciação económica (salários baixos) e social, não exigindo para o seu desempenho grandes qualificações académicas. Os autóctones tendem a dispensar este segmento de mercado, preferindo o segmento superior. Aqui poderão obter empregos mais bem remunerados, com uma maior exigência académica, mas também com condições materiais e imateriais de estabilidade que acabam por gerar reconhecimento social.

Estas perspectivas teóricas são entendidas na actualidade a partir de um quadro analítico e integrado desenvolvido pela *teoria dos sistemas migratórios* (KRITZ e ZLOTNIC, 1992;

CASTLES e MILLER, 1998), a qual incorpora todas as dimensões do processo migratório, conjugando distintas perspectivas disciplinares, com base no fundamento de que os movimentos migratórios resultam da interacção entre as estruturas macro (economia mundial, políticas migratórias, relações entre Estados, etc.) e micro (redes sociais, culturas migratórias, oportunidades laborais, etc.) (FONSECA, 2005).

Em suma, pode constatar-se que as teorias das migrações destacam a questão económica enquanto factor de motivação dos movimentos migratórios, sendo o mercado de trabalho encarado como a concretização material do estímulo de saída/entrada em determinados destinos, sobretudo em territórios urbanos onde a oferta laboral tende a ser mais diversificada. Porém, tendo em conta a realidade imigratória dos países do sul da Europa, verifica-se que na última década se tem assistido à dispersão de estrangeiros no território, sendo que determinados contingentes procuram regiões de baixas densidades para residir e trabalhar. Tendo como base este quadro analítico, tentar-se-á perceber como é que o mercado de trabalho actua na captação de imigrantes, “transformando” estes territórios, com características aparentemente repulsivas, em potenciais destinos migratórios atractivos.

## **2. Imigração, mercado de trabalho e desenvolvimento regional no sul da Europa**

A constatação da presença crescente de imigrantes em regiões de baixas densidades tem levado a um crescente interesse da comunidade científica por esta nova realidade.

Um dos casos de estudo que merece destaque é o grego, já que os fluxos migratórios para a Europa do Sul e para a Grécia em particular aumentaram significativamente nos últimos 20 anos. De país emissor, passa para uma posição de receptor, pelo que KASIMIS (2008) realiza um estudo onde tenta perceber o contributo dos fluxos imigratórios não numa perspectiva dos

impactos nos países de origem dos estrangeiros, mas no território de chegada, especialmente em regiões de baixas densidades onde domina a actividade agrícola.

Com a introdução da PAC,<sup>5</sup> os agricultores esperaram baixar os custos de produção através da “importação” de mão de obra barata, daí ter havido a necessidade de se contratarem imigrantes. Porém houve aspectos contraditórios neste processo, uma vez que se verificou uma certa hostilidade quanto à imigração, embora grande parte da população grega reconheça a sua importância para a diminuição dos custos de produção. Esta atitude foi gerada pelo receio da concorrência, embora a população autóctone reconheça que os estrangeiros residentes desempenham funções laborais eles próprios dispensaram de realizar<sup>6</sup>.

Antes e durante a década de 70, a Europa do Sul era uma área emissora; na década de 80 tornou-se uma região de trânsito (imigrantes vindos de África, Ásia, Polónia, Jugoslávia, que iam para os EUA, Canadá e até para a Europa Ocidental); a partir do final de 80/princípio de 90 consagrou-se como destino. Se for considerado que cerca de 2/3 das explorações agrícolas, bem como metade da população europeia empregada na agricultura se localiza na Europa do Sul, é certo que os imigrantes, em especial aqueles que não se fixem em áreas urbanas, acabem por procurar estas áreas rurais para desempenhar funções na agricultura, bem como outras tarefas necessárias nestas áreas envelhecidas do ponto de vista demográfico, por exemplo no apoio aos idosos.

Segundo o autor, a agricultura tem sido um sector que absorve mão de obra estrangeira no sul da Europa. Os Censos de 2001 revelavam que em Espanha 17% da população imigrante residia em áreas rurais com menos de 10.000 habitantes, ligados à agricultura; em Itália os imigrantes estão sobre-representados na agricultura face aos autóctones (13,1% e 5,3%, respectivamente), constituindo 60% da mão de obra sazonal, sendo muitos deles ilegais provenientes da Polónia, República Checa, Eslováquia e Roménia. No norte do país os

---

<sup>5</sup> PAC – Política Agrícola Comum.

<sup>6</sup> Efeito relacionado com a teoria do mercado de trabalho segmentado.

imigrantes dedicam-se à pecuária, em especial os marroquinos e indianos e à fruticultura, horticultura e vindimas, assim como os imigrantes oriundos de países da Europa Central e Oriental<sup>7</sup>.

Porque migram estes indivíduos para o sul da Europa? Esta é a questão basilar do estudo deste autor. A reestruturação económica dos países de acolhimento aliado à adesão dos países da Europa do sul à CEE é um dos motivos, bem como os efeitos subsequentes (subsídios no âmbito da PAC; alteração na estrutura do mercado de trabalho, onde os autóctones começam a ser “promovidos” a outras funções; desenvolvimento de sectores como o turismo e as obras públicas e privadas; aumento do número de mulheres a trabalhar com procura de substitutas para os serviços domésticos), leva a que se procure mão de obra estrangeira, mais barata, flexível (vulnerável?) e não sindicalizada. Por outro lado verificou-se uma mudança de atitudes na sociedade, onde os mais jovens deixaram as áreas rurais para ir estudar ou trabalhar para as urbanas (êxodo rural) e acabaram por arranjar emprego no sector terciário. Ficam vagos os trabalhos e funções menos atractivos do ponto de vista económico e social. Tal facto acabou por se constituir num desequilíbrio demográfico, já que a população que ficou envelheceu e passou à reforma sem deixar/encontrar substitutos.

Por outro lado o autor refere que houve oportunidade de transgressão do período de permanência permitida pelo visto: o turismo, comércio marítimo e outros meios facilitaram a entrada de indocumentados ou de legais que se tornam ilegais quando expirou o prazo e o valor da documentação, sendo que as autoridades foram nesse contexto permissivas quanto à sua permanência. Aliado a este factor, a geografia da proximidade entre os países emissores e os receptores (conjugação de linhas de costa extensas e fronteiras terrestres permeáveis) foi outro aspecto aliciante e motivador do próprio processo migratório.

---

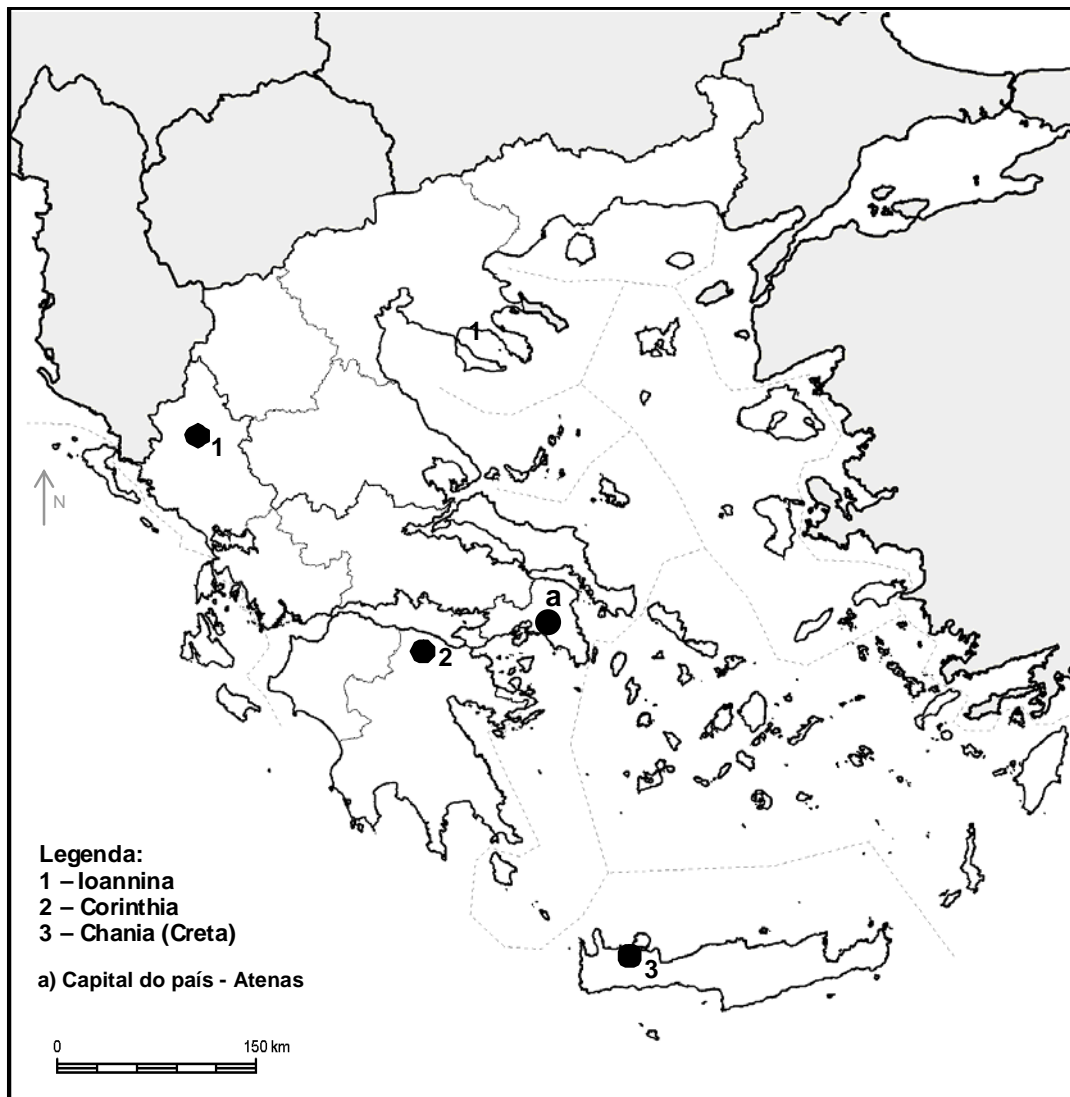
<sup>7</sup> No sul do país há mais situações de exploração pela concentração de imigrantes e pelas redes de tráfico humano que aí operam.

No caso da Grécia (Ob.Cit.:217-227) embora a importância da agricultura se tenha relativizado, ainda é responsável por ¼ das exportações, 16% da população empregada e 6 a 6,5% do PIB de 2003, pelo que pode ser considerado um sector relativamente atractivo. Na década de 90 do séc.XX, foi dos países da Europa do sul que recebeu o maior número de imigrantes, relativamente à sua população activa. O perfil do imigrante grego pode-se traduzir da seguinte forma: são jovens; revelam equilíbrio nos géneros; os principais grupos são albaneses (1ª vaga no início dos anos 90), outros originários de Estados Balcânicos, da ex-URSS, do Paquistão e da Índia (2ª vaga depois de 1995); por nacionalidades encontram-se os albaneses em maior percentagem, seguidos dos búlgaros, romenos, outros de países da UE, EUA, Canadá e Austrália; dominam os indivíduos com habilitações secundárias e um pequeno grupo com formação superior; 90% trabalha por conta de outrem; desenvolvem funções em sectores como a construção civil, e “outros serviços” (serviços domésticos), tendo pesos significativos nestas actividades face à população autóctone. Quanto a este último aspecto ganha destaque a agricultura que com a concorrência de produtos estrangeiros mais baratos, a pressão para renovação tecnológica e a aposta intensiva em capital e mão de obra, levou a que muitos agricultores com negócios familiares acabassem por abandonar a actividade. O capital humano imigrante revelou-se fundamental para muitos reerguerem ou manterem as suas explorações (Ob.Cit.227):

“Os imigrantes proporcionaram uma solução inesperada para as carências de mão de obra da Grécia rural, que constituem uma necessidade estrutural premente especialmente nas regiões de agricultura intensiva. A disponibilidade de um grande número de trabalhadores imigrantes tem permitido colmatar grande parte do défice de mão de obra e, nos primeiros anos após a sua chegada, contribuiu decisivamente para a redução dos custos da produção agrícola.”



Nesse sentido o autor teve em conta três estudos de caso em três áreas cuja matriz rural era predominante, no entanto apresentavam características intrinsecamente diferenciadoras.



Mapa 1. Regiões gregas estudadas por KASIMIS (2008)

Elaboração própria com base no Eurostat (2011)

Caso 1) Região montanhosa/periférica (Ioannina) – Faz fronteira com a Albânia, com uma matriz demográfica marcada pelo êxodo rural e com a situação marginal face ao próprio país. Tem-se apresentado como local de retorno para gregos em idade de reforma e local de

lazer/turismo para os mais jovens, daí a procura de mão de obra imigrante de apoio à 3<sup>a</sup> idade e também para a construção civil<sup>8</sup>.

Caso 2) Região Dinâmica (Corinthia) – É uma história bem sucedida relacionada com a penetração de mercados exteriores. A população é mais jovem e qualificada do que no caso anterior, dominam as empresas agro-industriais e a vinha. Os autóctones acabam por ocupar postos de trabalho melhor remunerados e mais reconhecidos do ponto de vista social, deixando os menos apetecíveis para os imigrantes, bem como as actividades ligadas à agricultura sazonal principalmente no Verão (por exemplo, na vinha).

Caso 3) Região Pluiractiva (Chaina, Creta) – Região com agricultura tradicional (oliveira), actividades agrícolas dinâmicas (estufas) e actividades não agrícolas (turismo). No entanto a população envelhecida não tem vindo a ser substituída pela jovem, daí a necessidade de mão de obra flexível e com baixas qualificações, normalmente disponibilizada pelo contingente imigrante.

Perante o estudo destes casos o autor concluiu que quanto maior é a dimensão agrária, maior tende a ser o recurso à mão de obra imigrante, tendo esta tendência aumentado nos últimos anos. Em todas as regiões que estudadas, verificou que os imigrantes não vieram substituir a força de trabalho local, pelo contrário, colmataram carências, funcionando como complemento em actividades diversas, em épocas sazonais. Isto não exclui a possibilidade de concorrência quando se trata da população autóctone não qualificada, já que os imigrantes tendem a ser “mais baratos” no que diz respeito aos encargos salariais. De qualquer forma acabam por gerar vantagens no que diz respeito à divisão do trabalho em explorações familiares, já que as tarefas mais pesadas acabam por ser deixadas para os imigrantes, enquanto que os autóctones/proprietários passam a exercer funções de gestão – nova cultura patronal.

---

<sup>8</sup> Resultante dos estragos habitacionais provocados pelo terramoto de 1996 e com estas “comunidades residuais” que voltam e aí (re)constroem a sua residência.

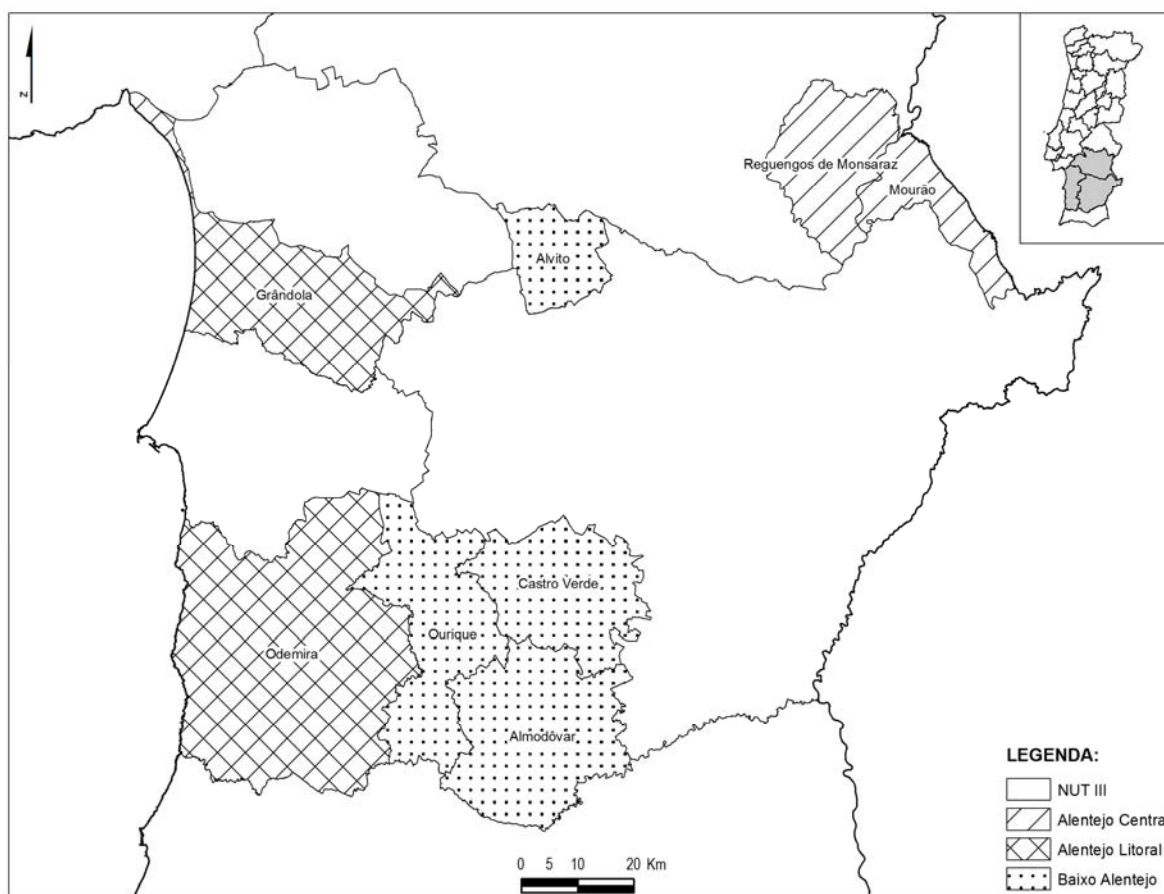
Por outro lado os imigrantes ajudam os idosos a permanecer no lar mais tempo da sua vida, ao prestarem apoio domiciliário e ajudarem em pequenas tarefas (reparações, corte de lenha, etc.), ou seja, asseguram o seu modo de vida tradicional, acabando por gerir pequenos negócios (por exemplo, cafés) que mantêm a actividade social da comunidade. Dinamizam ainda o mercado de trabalho local ao nível da construção civil, alterando a paisagem (reabilitação habitacional). Além disso a presença dos imigrantes tem sido importante em termos sociais, já que nas regiões montanhosas e mais isoladas, os criadores de gado têm facilidade em encontrar mulheres estrangeiras para casarem e constituírem família.

Por sua vez, os autóctones reconhecem que a presença de imigrantes exerce um efeito positivo sobre a economia local (aumenta a oferta de trabalho, reduz os custos salariais e expande o consumo). As atitudes negativas face à imigração foram detectadas entre os mais jovens e os que não recorrem à mão de obra imigrante, portanto entre aqueles que desconhecem o outro. Neste contexto, foram identificados estereótipos, principalmente quanto aos albaneses, embora se verifique que na maior parte dos casos os imigrantes são mais bem aceites e têm mais facilidade de integração em meios rurais pequenos, sobretudo se vierem acompanhados da família. A regularização é encarada como um pré-requisito essencial para a integração dos imigrantes na sociedade e no mercado de trabalho.

No seu estudo, Charalambos KASIMIS constatou que os imigrantes desempenham um papel muito importante no desenvolvimento agrícola, não concorrem com os autóctones, são altamente flexíveis e complementam muitas vezes a economia familiar e regional, além de que viabilizaram a existência de muitas explorações agrícolas, garantindo o modo de vida tradicional e outras actividades (turismo, construção civil, etc.).

Também o território ibérico tem sido alvo de estudos sobre o fenómeno migratório ligado ao desenvolvimento territorial, tanto na óptica da emigração como da imigração. Destacam-se os estudos de FONSECA (2008), que tem desenvolvido trabalho de investigação no Alentejo.

Embora confirme que a distribuição espacial da população estrangeira se centra sobretudo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, assim como na região do Algarve, evidencia o aumento do número de imigrantes em regiões como o Ribatejo, o Alentejo, a Beira Interior ou Trás-os-Montes. A partir de um trabalho de investigação realizado em 2003, constatou a presença de comunidades da Europa de Leste (ucranianos, moldavos, romenos, russos, búlgaros, entre outros) nas sub-regiões do Alentejo Central e do Baixo Alentejo, em concelhos com algum dinamismo económico (o caso de Odemira, Grândola, Reguengos de Monsaraz, Mourão, Alvito, Ourique, Castro Verde e Almodôvar). Estes indivíduos trabalhavam na agricultura intensiva, em especial na cultura de morangos, produtos hortícolas e vinha, assim como na construção civil local, ou nos serviços domésticos (contingente feminino).



Mapa 2. Concelhos portugueses estudados por FONSECA (2008)  
Elaboração própria (2011)

Perante o confronto com tal realidade, a população autóctone e os líderes comunitários, assumiram como positiva a presença e acção deste capital humano/social na dinâmica económica e social da região.

ALHO (2003) faz, na mesma época, um estudo sobre os impactos económicos das migrações da Europa de Leste para a UE, com enfoque no caso português, onde revela que a acção destes imigrantes no mercado laboral tem sido de carácter complementar aos autóctones, desempenhando funções preteridas pelos nacionais, na lógica do mercado de trabalho segmentado.

FONSECA (2007) embora assuma que, em termos demográficos, o impacto destas populações alóctones seja limitado, sobretudo ao nível do rejuvenescimento etário pela natalidade, reconhece o contributo directo para o aumento da população activa. Porém chama a atenção para o facto de ser necessária a delimitação de uma estratégia política local, que permita uma melhor integração dos imigrantes nestas regiões de baixas densidades, a partir de medidas como a intensificação do ensino da Língua Portuguesa, a promoção da reunificação familiar, a disponibilização de formação profissional, o reconhecimento de diplomas, a facilitação do acesso a empréstimos bancários para compra de habitação própria, ou a atribuição de incentivos para o desenvolvimento de um negócio por conta-própria. Estas seriam medidas que poderiam aliciar os imigrantes a se fixarem nestas áreas rurais de baixas densidades, numa lógica de, pelo menos, contribuição para a manutenção da dinâmica social, económica e laboral destes espaços, tal como acontece na óptica de Charambolos KASIMIS, para o caso grego.

No caso espanhol MORÉN-ALEGRET e SOLANA (2004) e MORÉN-ALEGRET (2004: 2008) têm-se dedicado ao estudo do fenómeno migratório em regiões de baixas densidades, nomeadamente nas províncias de León (comarca de El Bierzo), Cáceres (comarcas de La Vera e Campo

Arañuelo), Huelva (comarcas de Andévalo e Casta), Alicante (comarcas de Marina Alta e Marina Baixa) e Girona (comarcas de Baix Empordà e Alt Empordà).



Mapa 3. Províncias espanholas estudadas por MORÉN-ALEGRET e SOLANA (2004)

Elaboração própria (2011)

O objectivo dos seus trabalhos nestas regiões está relacionado com uma pergunta de base: qual o motivo que leva alguns imigrantes a preferirem residir e trabalhar em pequenas localidades, em territórios de baixas densidades? Na perspectiva dos autores, uma das vertentes destacadas é a da “ruralofilia”, ou seja, uma forma específica de topofilia. Considerando a concepção de Yi-Fu TUAN (1974), o conceito refere-se aos laços afectivos desenvolvidos entre as pessoas e os lugares, que depende da experiência pessoal de cada um. Neste contexto, a ruralofilia diz respeito a esta mesma ideia, só que materializando o espaço a que diz respeito – as áreas rurais – como que numa visão antagónica mas complementar, relativamente à “urbofobia”. Trata-se de uma dinâmica enquadrada na teoria de atracção-

repulsão: as áreas urbanas são encaradas como repulsivas (pressão demográfica, concorrência laboral, relações sociais alienantes, poluição, estilo de vida associado a situações de stress, etc.), enquanto que as rurais são vistas como atractivas (menor pressão demográfica, mais possibilidade de interacção social com a comunidade, qualidade ambiental, estilo de vida tranquilo, possibilidade de desenvolver um negócio por conta própria enquadrado no contexto ambiental local – agricultura, turismo, etc.).

As características inerentes aos territórios de baixas densidades são encaradas neste contexto como positivas, na medida em que permitem ao imigrante desenvolver o projecto migratório a que se propôs, no caso de ter capacidade de inserção no mercado laboral como patrões, beneficiando de um estilo de vida que considera mais adequado para si e para a sua família (no caso de o acompanhar na migração). Este “encanto do rural” é referido também por SOLANA (2003: 14-15) e VELASCO (2006: 98, 103-107), sendo que esta última autora destaca a componente ambiental como factor justificativo das preferências residenciais/laborais de certos segmentos populacionais. O estudo do aumento da taxa de crescimento populacional em alguns parques naturais andaluzes (entre 1981-2001) permitiu-lhe perceber a existências de um processo de “naturbanização”, o qual se define pela atracção exercida por municípios rurais integrados em espaços naturais protegidos, sobre determinados segmentos populacionais. No fundo é uma vertente mais específica do conceito de ruralofilia, atribuído neste caso a parques e espaço de protecção ambiental. Embora não se refira a imigrantes em concreto, coloca-se a questão se serão território atractivos para determinados contingentes alóctones, por exemplo, para indivíduos reformados do centro e norte da Europa que procuram Portugal ou Espanha para residir e aproveitar o tempo livre da aposentação ou até para activos, já que neste grupo a motivação climática e ambiental é determinante na escolha do destino migratório.

### 3. Um estudo de caso português

Nesta linha de ideias, constitui-se como pertinente a apresentação do estudo de caso proposto, que surgiu a partir da observação empírica do território, onde se constatou a presença de uma comunidade de *sun-seekers*<sup>9</sup> a residir e a trabalhar na região do Alto Alentejo. Os concelhos em estudo – Castelo de Vide, Marvão Portalegre e Arronches – apresentam-se como um território de baixas densidades (fraca densidade populacional, envelhecimento demográfico, fraco dinamismo económico, débil tecido laboral, entre outros aspectos), mas que têm vindo a receber imigrantes deste contingente, sobretudo a partir do início do séc.XX.



Mapa 4. Enquadramento geográfico da área em estudo

Elaboração própria (2011)

<sup>9</sup> O termo refere-se a imigrantes oriundos da Europa Central e do Norte (Reino Unido, Países Baixos, Alemanha, França, Suécia, entre outros) os quais, em idade de reforma, procuram para residir países do sul da Europa (mediterrânicos) como Portugal ou Espanha, estando a escolha, entre outros factores, relacionado com o clima e o ambiente natural. Neste estudo entendemos abranger no conceito não só população reformada como também população activa das mesmas origens, mas que procuram os países referidos para residir e trabalhar baseados essencialmente no factor climático e ambiental (associado ao ambiente mediterrânico).



O que torna então o território em estudo atractivo para estes imigrantes residirem e desenvolverem uma actividade laboral? A resposta pode estar patente num facto comum a todos estes concelhos: o facto de estarem abrangidos pela Serra de S.Mamede e pelo parque a que deu origem (Parque Natural da Serra de S.Mamede). Do ponto de vista geográfico, os imigrantes não estão distribuídos de forma homogénea na área abrangida pelos quatro concelhos, isto é, enquanto em Castelo de Vide e em Marvão residem e laboral em toda a área municipal (a qual é abrangida na totalidade pela serra) em Portalegre e em Arronches circunscrevem-se apenas às freguesias pertencentes à serra e ao parque natural.

Partindo desta observação empírica optou-se por construir uma matriz quantitativa baseada na aplicação de um questionário por inquérito aos imigrantes da UE27, com perguntas de resposta fechada (escolha múltipla). A recolha da amostra foi realizada com base no método “bola de neve”, pelo que foram inquiridos indivíduos da Europa do Norte/Central de nacionalidade britânica, neerlandesa, italiana, alemã e finlandesa<sup>10</sup>.

Quadro 1. Universo considerado à data do trabalho de campo (2010)

Nacionalidades em estudo	Nº de imigrantes no distrito de Portalegre			
	2000	% rel.total de imigrantes	2008	% rel.total de imigrantes
Reino Unido	45	6,5	91	3,4
Países Baixos	47	6,8	71	2,7
Itália	22	3,2	38	1,4
Alemanha	32	4,6	34	1,3
Finlândia	0	0,0	1	0,0
Total das nacionalidades em estudo	146	21,2	235	8,9
Total de todas as nacionalidades	690	100	2654	100

Elaboração própria com base em dados do SEF (2011)

Do total dos inquiridos, constatou-se que 51,5% da amostra era constituída por indivíduos reformados, enquanto 42,4% dos indivíduos se tratam de trabalhadores por conta-

<sup>10</sup> A aplicação dos questionários realizou-se entre Janeiro e Julho de 2010. Foram aplicados 33 questionários o que, segundo dados posteriormente disponibilizados ao trabalho de campo pelo SEF (para o ano de 2009, por concelho), corresponde a cerca de 1/3 do universo considerado para o estudo.

própria/familiar<sup>11</sup>. Gera interesse neste ponto o facto de se tratar de migrantes que procuram o país e esta região em particular para gozar a reforma, mas sobretudo o facto dos activos se estabelecerem com negócios próprios. Aquando da realização dos inquéritos, foi notória por parte deste último grupo referir que a decisão de migrar para o destino em causa esteve em parte condicionada pela possibilidade de desenvolver uma actividade económico-laboral que, mesmo não estando directamente ligada com a formação académica de base, pudesse ser algo que, além de gerar rendimento para o agregado familiar, fosse uma fonte de prazer pessoal, fruto do facto de ser gerido pelo próprio, em consonância com o contexto territorial envolvente.

Em termos de formação académica, constata-se que 57,6% da amostra frequentou e concluiu o grau de licenciatura/mestrado, e que 9% tem uma especialização tecnológica (não superior). De referir que 27,3% dos inquiridos terminou o ensino secundário e 6,1% o 3º ciclo do ensino básico, o que leva a concluir que se tratam de indivíduos com um nível académico bastante elevado. As áreas de formação são muito variadas, pelo que 12,1% da amostra está ligada à formação de professores e ao ensino, 9,1% às artes, 9,1% à economia, comércio, administração, gestão e contabilidade. Ainda há inquiridos ligados ao ramo da saúde (medicina, serviços de saúde e enfermagem), direito (direito e estudos jurídicos), construção civil (engenharia, arquitectura, planeamento e indústria), agricultura e silvicultura (engenharia agrónoma, veterinária), ciências, matemática e informática, e aos transportes e comunicações. Relacionado este aspecto com a actividade laboral desenvolvida actualmente, verifica-se que existe um inquirido com formação em artes que continua a exercer a sua profissão tal como no país de origem (pintor), outros que têm formação em informática ou em engenharia e que têm pequenas empresas de software, e o caso de uma inquirida formada em moda que decidiu investir num negócio de restauração (restaurante “eclético”). Porém, de uma forma geral, há

---

<sup>11</sup> Houve apenas uma inquirida que afirmou estar desempregada e outra que era doméstica.

dois ramos da actividade económica que mais se destacam: a agricultura e o turismo. No primeiro caso os inquiridos são proprietários de pequenas quintas onde se dedicam ao cultivo de olivais e de vinhas, normalmente complementado com a criação de gado (ovino, caprino ou bovino). É por um lado uma agricultura de subsistência, embora alguns já estejam bem implementados em mercados regionais e até mesmo internacionais (por exemplo, no concelho de Arronches, imigrantes neerlandeses que criam gado limousine para exportação). No segundo caso, os inquiridos possuem pequenas propriedades com imóveis recuperados onde desenvolvem o agro-turismo, o *bed and breakfast*, ou o campismo/caravanismo, complementado com actividades ligadas à natureza (por exemplo, caminhadas em trilhos do parque da serra de S.Mamede). Além disso também é de ter em atenção a existência de “negócios alternativos”, pelo menos para o contexto regional. Salienta-se a presença, em Castelo de Vide, de uma dentista neerlandesa que montou um consultório dentário nesse concelho e que tem vindo a trabalhar na saúde oral da população autóctone, especialmente de faixas etárias mais avançadas, que tinha pouco hábito de ir ao odontologista. Além disso é adepta da medicina alternativa ligada à natureza, assim como outras inquiridas, da mesma origem geográfica, que tanto no concelho referido como em Marvão, desenvolvem aulas de ioga, tai-chi, e massagens<sup>12</sup>. Este tipo de actividades estão destinadas a todo o tipo de consumidores (nacionais e estrangeiros), embora por vezes seja a própria comunidade imigrante e outros estrangeiros os principais consumidores dos variados produtos/serviços. Destaca-se neste sentido a existência de uma agência imobiliária – a *Extremadura Properties* – que embora tenha sede em Valência de Alcântara (Espanha), os proprietários residem em Marvão, transaccionando propriedades na raia portuguesa e espanhola, e cujo negócio está vocacionado essencialmente para compradores estrangeiros europeus, com as mesmas

---

<sup>12</sup> Foi referido por uma das inquiridas que há um potencial imigrante da mesma origem geográfica que pretende instalar nestes concelhos um consultório de acupunctura.

características do grupo analisado neste estudo, que queiram fixar residência em municípios ibéricos da região do Alentejo (Portugal)/Extremadura (Espanha)<sup>13</sup>.

Este contingente imigratório são *self-made-persons* que, através de iniciativa própria, montaram o seu próprio negócio, o qual gerem de uma forma natural, na medida em que são eles que afirmam que podem definir os seus próprios horários e dias de trabalho, sem terem de fazer horas extraordinárias, e quando tal acontece, não excedem mais do que 2 por semana. Há apenas 5 casos em que se verificou o desempenho de uma actividade paralela à dita oficial. São agricultores que também dispõem da sua quinta para turismo (*bed and breakfast* ou agroturismo) ou então alguns inquiridos que se dedicam ao turismo mas que ultimamente lhe têm complementado uma valência agrícola não apenas com carácter de auto-suficiência, mas já virado para o escoamento de produtos no mercado local.

Avaliando este panorama em termos de impacto no mercado de trabalho local, verifica-se que, à primeira vista, este pode ser incipiente, uma vez que estas pequenas empresas de carácter familiar subsistem à custa de pouca mão de obra (entre 2 a 4 elementos, incluindo o próprio inquirido), a qual é quase sempre familiar, excepto em 2 casos. De qualquer forma esta limitação é relativa, uma vez que, indirectamente, geram receitas tanto ao Estado e ao poder local (pagamento de impostos), como também à própria comunidade local (subcontratação de pequenas empresas para a manutenção do espaço – construção civil, compra de produtos alimentares, entre outros).

Relacionado com esta questão também se procurou saber qual o rendimento do agregado familiar, constatando-se que 36,4% dos inquiridos referiram auferir entre 2000-4000€ e 39,4% entre 1000-2000€. Apenas 3% indicaram receber entre 500-1000€ por mês e 15,2% menos de 500€. De uma forma geral estes imigrantes apresentam rendimentos bastante satisfatórios, sendo que aqueles que referiram rendimentos mais baixos associaram essa

---

<sup>13</sup> Um dos proprietários tem formação em design de interiores e dá apoio não só no processo de compra como também de recuperação.

“imagem” à actual situação da actividade profissional/contexto de crise económica. Os que indicaram rendimentos mais elevados são os reformados ou os que, ainda activos, têm rendimentos complementares que lhe completam o rendimento mensal, por exemplo pelo aluguer de imóveis no país de origem ou por proventos decorrentes de investimentos financeiros (títulos e outros produtos bancários), já que, de uma forma geral, os inquiridos activos deixaram claro que o negócio que desenvolvem na área em estudo não é a principal fonte de rendimento, pelo menos em termos monetários.

O que parece mobilizar estes indivíduos na sua migração, tendo agora em linha de conta apenas os activos, não é de facto os ganhos materiais ou o estatuto social decorrente de um emprego e de uma carreira exigente. Não é isso que se busca, mas sim dar resposta a solicitações pessoais que relativizam a materialidade dos ganhos em prol de outros aspectos imateriais. Quando confrontados com a questão do gosto pela profissão actual, todos sem excepção admitiram gostar do que fazem, muitos demonstrando até uma sensação de alívio por terem deixado a responsabilidade e a pressão social que sentiam quando trabalhavam no país de origem. Questionados sobre os motivos pelos quais gostam da profissão que actualmente desempenham, referem que tal acontece porque agora estão a seguir a vocação (e por isso se sentem realizados do ponto de vista profissional), havendo uma forte componente territorial na sua percepção. As respostas indicam um sentido ambiental, de acessibilidade e de responsabilidade sócio-regional. No primeiro caso, a resposta mais indicada foi a de que gostam do ambiente de trabalho, do facto de poderem contactar com a natureza; no segundo caso referem que acham benéfico poder trabalhar e residir no mesmo concelho<sup>14</sup>; no terceiro caso sentem que contribuem para o desenvolvimento regional do local onde residem/trabalham (pagam impostos, compram matéria-prima/produtos diversos no comércio

---

<sup>14</sup> Este factor foi valorizado pelo grupo em análise de uma forma geral, mas em particular pelos inquiridos que referiram ter pequenos negócios de software informático, uma vez que podem fazer a sua gestão a partir de casa, entre países diferentes (teletrabalho). Da sua parte sentiu-se que havia uma grande motivação em poderem trabalhar “virtualmente” noutros pontos do país/mundo, estando a residir/trabalhar em contacto com a natureza, o que seria praticamente impossível se trabalhassem num escritório de uma cidade no país de origem.

local para sustentar o próprio negócio, oferecem bens e serviços à população, atraem população estrangeira como consumidora de bens e serviços próprios/da comunidade local, conhecem novas pessoas de outra nacionalidade). De uma forma geral o sentimento é o de “só fazem o que gostam quando lhes apetece”, com as devidas reservas ao sentido da expressão.

A serra de S.Mamede e o parque natural que nela se enquadra, parecem ter sido determinantes nesta percepção, não tanto em termos de mercado de consumidores, mas antes na oferta de recursos naturais, desde a paisagem para o turismo e mediação imobiliária, como o solo ou os recursos aquíferos para a agricultura. Este foi um factor decisivo que marcou o percurso migratório e o destino da migração dos inquiridos.

No âmbito do questionário, foi pedido aos inquiridos para reflectirem sobre a sua relação com o território, no sentido de avaliarem de que forma a presença alóctone individual tem contribuído para melhorar a dinâmica de uma região de montanha de baixas densidades. Foram identificadas 4 tendências de resposta. A primeira diz respeito ao facto de terem reabilitado o património habitacional regional, dotando inclusive lugares de infra-estruturas básicas de que antes não dispunham (por exemplo electricidade ou linha telefónica). A segunda relaciona-se com esta, na medida em que consideram importante o facto de serem consumidores no mercado regional, desde produtos e serviços de construção civil e inerentes, o que ajuda a dinamizar o sector<sup>15</sup>, até produtos alimentares básicos, o que estimula o comércio local. A terceira diz respeito ao facto dos negócios familiares autóctones acabarem por fornecer bens e serviços capazes de promover a manutenção dos próprios negócios destes imigrantes, o que é uma outra vantagem, fazendo com que, numa terceira tendência, os mesmos assumam esta relação como sinérgica, na medida em que também oferecem à comunidade local bens e serviços de que antes não dispunham, revitalizando e aumentando a produtividade em sectores como por exemplo a agricultura. Na sua perspectiva, revitalizam o turismo neste espaço rural de montanha, aumentando e diversificando a oferta, oferecem

---

<sup>15</sup> Este é um dos principais sectores em que os locais investem em negócios por conta própria.

serviços específicos (por exemplo o restaurante “ecclético” de Castelo de Vide, fora dos padrões gastronómicos regionais, ou a dentista que no mesmo concelho trabalha com produtos biológicos) e até com qualidade elevada (produtos agrícolas biológicos). Por último, numa quarta tendência, consideram que a troca de experiências culturais é algo que enriquece a região, tornando-a mais receptiva ao “outro” e mais aberta às alterações daí decorrentes. Refira-se que os imigrantes activos revelaram todas as tendências, enquanto os reformados destacam o consumo de produtos regionais e a troca de experiências culturais como consequências relevante da sua presença no local em estudo.

De uma forma geral, destaca-se o notório sentido positivo revelado pelos inquiridos, os quais acham que a sua presença no território, mesmo que discreta, é importante. Revelam uma simbiose com a própria serra de S.Mamede, onde acham que ao aproveitarem os recursos naturais e humanos, estão de certo modo a retribuir com a sua presença e com as actividades que desenvolvem aquilo que lhes foi disponibilizado por esta região de baixas densidades.

#### **4. Conclusão**

As teorias das migrações corroboram a ideia de que a dimensão laboral se destaca como elemento basilar de grande parte das deslocações internacionais, geradas pela dinamização dos projectos migratórios dos indivíduos que buscam outro país para residir e trabalhar. Embora as áreas urbanas apresentem, à partida, um mercado de trabalho com maior quantidade e variedade de ofertas, existem contingentes de imigrantes que procuram regiões de baixas densidades para residir/trabalhar.

Nos países do sul da Europa – Portugal, Espanha, Grécia – são conhecidos estudos de caso em que a busca destes territórios se baseou numa filosofia ruralofílica, associada às oportunidades de emprego geradas pela especificidade das demandas dos empregadores locais, assim como pelas oportunidades oferecidas a quem se pretendeu estabelecer por conta própria. Neste

grupo destacam-se os *sun-seekers* activos, em especial os que se fixaram na região do Alto Alentejo, nos concelhos de Castelo de Vide, Marvão, Portalegre e Arronches. Conclui-se que a procura deste território se pautou por esta filosofia, mais especificamente por um processo naturbanização, isto é, os recursos naturais oferecidos pela serra de S.Mamede constituíram-se como um atractivo viável para fixação de residência e desenvolvimento de uma actividade laboral.

Em termos gerais, tanto no caso de estudo como nos outros casos citados, constata-se que o mercado laboral das regiões de baixas densidades permite aos imigrantes desempenhar funções preteridas pelos autóctones, assim como desenvolver negócios ligados ao ambiente natural, numa perspectiva sustentada, dinamizando o território em termos económicos, sociais e culturais.

## **5. Bibliografia**

ALHO, Ana Sofia (2003) – Impactos económicos das migrações da Europa de Leste para a União Europeia – o caso português. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, (policopiado), 119 p.

BECKER, Gary S. (1962) – “Investment in Human Capital : a theoretical analysis”. *Journal of Political Economy*, University of Chicago Press, vol.70, 9 p.

BORDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc (1992) – *An invitation to reflexive sociology*. University of Chicago Press, EUA, 332 p.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark, J. (1998) – *The age of migration. International population movements in the modern world*. Macmillan Press, 2ª edição, Londres, 336 p.



FONSECA, Maria Lucinda (2005) – *Migrações e Território*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, CEG, nº64, Lisboa, 220 p.

FONSECA, Maria Lucinda (2007) – “Inserção territorial. Urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção”. In: VITORINO, António (Coord.), *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Fundação Calouste Gulbenkian, Col.Principia, Lisboa, pp.105-150.

FONSECA, Maria Lucinda (2008) – “New waves of immigration to small towns and rural areas in Portugal”. *Population, Space and Place (Special issue: International Migration to Non-Metropolitan Areas)*, Vol14 (6), Wiley InterScience, pp.525-535.

KASIMIS, Charalambos (2008) – “O novo papel dos imigrantes nas economias rurais da Europa do Sul”. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios G. (Coord.), *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, pp.211-242.

KRITZ, M.; ZLOTNIK, H. (1992) – “Global interactions: migration systems, processes and policies”. In : KRITZ, M. ; Lim, L. ; ZLOTNIK, H. (Ed.), *International Migration Systems. A global approach*, Clarendon Press, Oxford, pp.1-16.

LOURY, Glenn (1997) - “A Dynamic Theory of Racial Income Differences”. In: WALLACE, P. (Ed.), *Women, Minorities and Employment Discrimination*, Lexington Books, Cap. 8, EUA, pp. 153-186.

MORÉN-ALEGRET, Ricard (2004) – *Lugar, identidad territorial e inmigración extranjera en áreas rurales y pequeñas ciudades de España. Un estudio cualitativo exploratorio*. GRM (Grup de Recrea sobre Migraciones), Universidade Autònoma de Barcelona, documento, 121 p.

Disponível em:

[http://extranjeros.mtin.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/OtrosDocumentos/archivos/17.\\_lugarx\\_identidad\\_territorial\\_e\\_inmigracixn\\_extranjera\\_en\\_xreas\\_rurales\\_y\\_pequexas\\_ciudades\\_de\\_Espaxa\\_2004.pdf](http://extranjeros.mtin.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/OtrosDocumentos/archivos/17._lugarx_identidad_territorial_e_inmigracixn_extranjera_en_xreas_rurales_y_pequexas_ciudades_de_Espaxa_2004.pdf) (acedido em 28/10/2009)

MORÉN-ALEGRET, Ricard; SOLANA, M. (2004) – “Foreign immigration in Spanish rural areas and small towns: current situation and perspectives”. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, nº XXXIX, Lisboa, documento, pp.21-38.

Disponível em: [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2004-77/77\\_03.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2004-77/77_03.pdf)  
(acedido em 28/10/2009)

MORÉN-ALEGRET, Ricard (2008) – “Ruralphilia and Urbophobia versus Urbophilia and Ruralphobia? Lessons from immigrant integration processes in small towns and rural areas in Spain”. *Population, Space and Place (Special issue: International Migration to Non-Metropolitan Areas)*, Vol14(6), Wiley InterScience, pp.537-552.

PIORE, M. (1979) – *Birds of passage: migrant labour in industrial societies*. Cambridge University Press, Nova Iorque, 254 p.

PORTES, Alejandro; SESENBRENNER, Julia (1993) – “Embedddness and Imigration: notes on the social determinants of economic action”. *American Journal of Sociology*, 98: 1320-1350.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) – *Sociologia das Migrações*. Universidade Aberta, Lisboa, 410 p.

SEF (2011) – *Sefstat – Portal de Estatística*.

Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/> (acedido em 14/02/2011)

SOLANA, Miguel Solana (2008) – *El encanto de lo rural. Los términos del debate sobre la migración hacia áreas rurales. Desde la Geografía británica y las contribuciones españolas. Un estado de la cuestión*. Grup de Recerca sobre Migracions, Universitat Autònoma de Barcelona (policopiado), 22 p.

TUAN, Yi-Fu (1974) – *Topophilia. A study of environmental percepçión, attitudes and values*. Prentice-Hall, Nova Iorque, 260 p.

VELASCO, Maria José Prados (2006) – “Los parques naturales como factor de atracción de la población. Un estudio exploratorio sobre el fenómeno de la naturbanización en Andalucía”. *Cuadernos Geográficos*, nº38, 87-110.

## 6. Apoio:

